

INTRODUÇÃO TEMÁTICA

A SOCIEDADE DE SERVIÇOS E A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NO MERCADO GLOBAL

Eladio Lecey

Presidente, BRASILCON - Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor

Antonio Benjamin

Presidente, Instituto Ibero-americano de Direito do Consumidor

Claudia Lima Marques

Presidente, Comissão Organizadora

A proteção do consumidor em relações e contratos envolvendo preponderantemente o fornecimento de serviços é hoje o grande desafio do Direito em geral, em particular do Direito do Consumidor. Da mesma forma, no mundo atual, o fenômeno da globalização e da formação de espaços econômicos integrados não pode mais ser menosprezado. As normas nacionais e as aquelas oriundas dos mercados integrados devem, sob pena de ilegitimidade, suficientemente proteger o consumidor neste imenso universo de benefícios e riscos que perante seus olhos se abre.

Mais uma vez, somos convocados a repensar e a alterar, às vezes profundamente, o modelo contratual clássico. A proteção efetiva e "sem fronteiras" do consumidor é um dos objetivos da integração econômica, é – e há que ser – uma das metas de mercados comuns em construção, como o Mercosul. Serviços e globalização, são, portanto, duas faces de uma mesma moeda. Num e noutro fenômeno está o "Leitmotiv" dos trabalhos científicos aqui reunidos.

O BRASILCON - Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor e o Instituto Ibero-americano de Direito do Consumidor, entidades científicas que congregam especialistas de todas as carreiras jurídicas, brasileiros e latino-americanos, sentem-se especialmente orgulhosas de propor uma reflexão profunda sobre "A Sociedade de Serviços e a Proteção do Consumidor no Mercado Global".

Este é o tema geral que alinha os três congressos que ocorrem de 8 a 11 de março, na cidade de Gramado: o 1º CONGRESSO INTER-AMERICANO DE DIREITO DO CONSUMIDOR, o 3º CONGRESSO IBERO-LATINO-AMERICANO DE DIREITO DO CONSUMIDOR (vol. 1) e o 4º CONGRESSO BRASILEIRO



DE DIREITO DO CONSUMIDOR (vol. 2), com participação de um expressivo número de juristas de todo o mundo.

Evoluindo – e sempre para melhor – o BRASILCON resolveu modificar a metodologia de seu congresso nacional, permitindo, pela primeira vez, a apresentação de teses independentes, propiciando, assim, uma discussão científica mais rica e democrática dos grandes temas que desafiam o Direito do Consumidor no Brasil. Para nossa surpresa, o número de teses em muito superou a expectativa original. Premida por limites de tempo e espaço, a Comissão Organizadora selecionou apenas doze teses, não obstante a qualidade de todas as outras recebidas (vol. 2). Também houve a necessidade de limitar, nesses trabalhos independentes, o número de conclusões articuladas, fixando-se em três. A extraordinária resposta à convocação do BRASILCON bem demonstra a força do Direito do Consumidor em nosso País e a necessidade, sempre que possível, de procurarmos abrir portas aos novos talentos que, para nossa sorte, não estão em falta no mundo jurídico nacional.

Como pauta científica dos três Congressos, a Comissão Organizadora selecionou alguns temas básicos que, em sete anos de Código de Defesa do Consumidor, despertaram a atenção da jurisprudência brasileira e da doutrina consumerista: Serviços Imobiliários, Educacionais, de Transporte e Turismo; Serviços Bancários e Financeiros; Seguros, Planos de Saúde e Previdência Privada; Responsabilidade Civil dos Profissionais Liberais; Mercosul como Legislador em Direito do Consumidor, Privatização, Concorrência e Serviços Públicos; Proteção em Juízo do Consumidor de Serviços; A Proteção Penal, as ONGs, SACs e PROCONs na Proteção dos Consumidores de Serviço.

O intuito maior, como se percebe da pauta de discussão, é fazer um balanço da proteção do consumidor de serviços no Brasil, mas não esquecendo a necessidade de conhecer a experiência estrangeira e do Mercosul. Em tudo e por tudo, está em jogo a busca constante de forma de aperfeiçoamento dos mecanismos de proteção dos mais fracos, tomando por base aquilo que já se pratica ou se propõe nas sociedades com maior tradição consumerista.

A esperança é de que eventos como estes, ao unirem os interessados na prática de um Direito justo e social, como prega a Constituição Federal de 1988, possam ampliar a harmonização consumidor-fornecedor no mercado de consumo brasileiro, produzindo, ademais, uma prática e jurisprudência impregnada pelo espírito reequilibrador e de boa-fé, base do Código de Defesa do Consumidor. E, nesse propósito construtivo, não faltam dedicados aliados.

Realmente, sem o apoio decisivo das várias instituições, entidades e pessoas que constam do programa, os três congressos não se teriam tornado

possíveis. Foram muitos os que ajudaram de forma direta ou indireta, e a todos expressamos o nosso sincero agradecimento.

Inicialmente, cabe agradecer a todos os expositores, nacionais, internacionais ou irmãos do Mercosul, assim como aos tesistas, todos contribuindo para o sucesso dos eventos. A Associação Internacional de Direito do Consumidor, a CI - Consumers International, o Instituto Argentino de Derecho del Consumidor, a Universidade do Texas, School of Law at Austin, a USIS - Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos tiveram papel de destaque na viabilização dessa empreitada acadêmica.

Diretamente envolvidos com a organização dos encontros estiveram, de maneira incansável, no plano nacional seus co-promotores, colegas da AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros, AJUFE - Associação dos Juizes Federais, da ANPR - Associação Nacional dos Procuradores da República, da Associação Paulista de Magistrados, da CONAMP - Confederação Nacional do Ministério Público, do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça, da APMP - Associação Paulista do Ministério Público, da Escola Nacional da Magistratura, do IDEC, do IBDB, do Ministério da Justiça, da Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Federal, da Procuradoria-Geral da República, da SDE - Secretaria de Direito Econômico.

No Rio Grande do Sul, contamos com o apoio decisivo da AJURIS - Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul, da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Rio Grande do Sul e do Mestrado em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Agradecimento especial merecem nossos já tradicionais patrocinadores: Editora Revista dos Tribunais, Banco do Brasil, Ultragaz, VARIG e Perdígão. São todas empresas sérias que põem a proteção do consumidor como objetivo primordial de sua existência no mundo dos negócios.

Os organizadores querem, ademais, ressaltar a contribuições dos professores envolvidos na seleção das teses independentes e na organização destes anais, bem como aos funcionários incansáveis e dedicados da Diretoria da Revista de Jurisprudência e Outros Impressos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

A Comissão organizadora, por sua inigualável dedicação e extraordinário profissionalismo, nosso reconhecimento sincero e nossas homenagens pelo sucesso do empreendimento. Todos aqui mencionados souberam agregar

suas energias, boa-vontade e espírito público, assegurando o sucesso dos três congressos. O desafio da melhoria da proteção do consumidor no mercado brasileiro e no Mercosul continua vivo e esperamos que estes estudos e teses possam contribuir para a evolução da ciência do direito em tema tão importante e novo, como o dos serviços.

